

Orçamento de 89 pretende economizar Cz\$ 1 trilhão

Brasília — Wilson Pedrosa

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — Pela primeira vez na história recente, o Orçamento Geral da União não será apenas uma massaroca recheada de números aprovada sem debates pelo Congresso. No próximo dia 31, como manda a lei, o Congresso receberá um orçamento, feito nos moldes da Constituinte, que prevê o sensível esvaziamento do poder federal, forçado pela queda de 17% da sua receita, transferida para estados e municípios. A economia de gastos será concretizada com o fim de programas, de recursos a "fundo perdido", órgãos e empresas públicas, com cortes que vão atingir até os transportes urbanos do Rio, por exemplo.

O novo orçamento, como revelaram técnicos da área econômica, foi feito para economizar Cz\$ 1 trilhão, baseado em três pontos: 1 — fim das transferências voluntárias da União para os estados e municípios, conhecidos como "recursos a fundo perdido"; 2 — cortes, pela metade, da ajuda federal, para suplementar empréstimos internacionais tomados pelos estados e municípios; 3 — fim dos programas de saneamento básico, transportes urbanos e a drástica redução da transferência de recursos destinados a projetos de energia elétrica, comunicação prospecção mineral, cujos impostos foram transferidos aos estados.

Reforma Administrativa

— Governadores e prefeitos acostumaram-se, nos últimos 25 anos, a partirem para Brasília para a humilhante coleta de recursos nos órgãos federais. Tão forte era esta dependência que os governadores criaram o cargo de secretário dos governos estaduais para suas representações em Brasília. O Governo de São Paulo, por exemplo, tem cerca de 600 funcionários em Brasília, o do Rio de Janeiro perto de uma centena, o do Rio Grande do Sul chegou a ter uma pequena churrascaria no terraço de sua representação, no Centro de Brasília, para seduzir funcionários federais com carnes finas de Bagé. O Governo de Santa Catarina apressava processos adoçando a burocracia com caixas de maçãs e os estados do Nordeste apelavam para lagostas e camarões. Cada um ao seu modo lutava por verbas.

O projeto de Constituição, feito sob pressão dos governadores e pre-

Receita federal terá corte de 17%

- Ficam nos estados e nos municípios, como impostos, 17% do Orçamento da União

- Acabam os recursos a fundo perdido

- Acabam os programas de saneamento básico

- Acabam os programas de transporte urbano

- Serão cancelados e até cortados 54 empréstimos feitos no exterior

- A Eletrobrás perde o Imposto Único sobre Energia Elétrica, com prejuízo de CZ\$ 21 bilhões

feitos, bateu forte no governo federal, retirando, de pronto, 17% do Orçamento, que agora ficará em forma de impostos diretamente nos estados e municípios, porcentagem que em quatro anos subirá para 21%. Com isto, para sobreviver no próximo ano, o governo federal, sem ter que emitir dinheiro para cobrir seus gastos, teve que fazer um orçamento apertado. A primeira tacada dos técnicos da Secretaria do Planejamento atingiu os órgãos e empresas que existem apenas como repassadores de verbas, o conhecido dinheiro a fundo perdido. A idéia dos técnicos da Seplan é que agora, com caixa reforçado, com novas fatias de tributos, os estados e municípios poderão eles mesmos sustentar seus programas.

Empréstimos externos

— Outra sangria substancialmente reduzida será a que obriga a contrapartida do governo federal aos estados e municípios para empréstimos de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial. O curioso nesta operação é que o estado pedia empréstimo, o Banco Mundial aprovava 80% do total, com exigência que o tomador completasse os

100%. Ocorria que o governo federal responsabilizava-se — na verdade, por imposição do banco — pelos dólares enviados. Além disso, como o estado quase sempre não tinha dinheiro, também desembolsava sua parte, isto é, os 20% restantes.

Com isto, os empréstimos do Banco Mundial não passavam de uma ficção, como explica um técnico da Seplan, porque, como vinham em dólares, iam direto para as reservas do Banco Central e os cruzados acabavam por sair da Casa da Moeda, ou diretamente do bolso do contribuinte. O pior era que o banco exigia uma "taxa de compromisso" que o Governo se obrigava a pagar caso atrasasse o projeto, e como quase sempre atrasava, acabava por pagar mais multa do que o dinheiro tomado. O novo orçamento prevê o cancelamento e corte de 53 desses projetos em andamento pelo país.

Impostos que antes eram federais e agora, pela Constituição, serão estaduais e municipais, vão tirar do orçamento seus encargos correspondentes. Como vai acabar para a União o Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes, somem junto empresas e programas federais na área do transporte urbano, dando um baque forte no DNER. Não se sabe ainda como ficará a sobrevivência dos metrô, hoje largamente subsidiados com recursos federais. A Eletrobrás perderá o Imposto Único sobre Energia Elétrica, o que, em dinheiro de hoje, significa um corte de Cz\$ 21 bilhões no seu orçamento. A Telebrás e a Embratel também vão perder recursos com a transferência do Imposto sobre Comunicação, calculado atualmente na ordem de Cz\$ 41 bilhões. O Ministério das Minas e Energia perde o Imposto sobre Minerais.

Para suportar as perdas de tributos, entretanto, não bastam os cortes previstos no Orçamento. Como o governo quer reduzir o seu déficit a zero, terá que buscar mais ou menos outros Cz\$ 2 trilhões. Assim, junto com o novo Orçamento está sendo estudada uma reforma administrativa para diminuir o tamanho do governo federal e melhorar a arrecadação. A sonegação hoje está atingindo níveis insuportáveis. Um estudo que circula na Seplan aponta que, pelo menos, um terço da economia nacional hoje é subterrânea, isto é, clandestina.



O novo Orçamento foi levado esta semana a Sarney (D) por Matlson (E) e Abreu (C)